

**Título: Avaliação das Estratégias Colaborativas Voltadas para a Recreação e o Ecoturismo em Unidades de Conservação do Tipo Parque na Cidade do Rio de Janeiro****Autoria:** Marcos Cohen

**Resumo:** Na cidade do Rio de Janeiro, os órgãos gestores das unidades de conservação ambiental do tipo parque vêm procurando atingir os cinco objetivos primordiais estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seguindo diretrizes de gestão participativa para essas unidades. Dois desses objetivos dizem respeito ao desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Este artigo apresenta as análises e conclusões sobre a implementação de estratégias colaborativas para alcançar tais objetivos e faz parte de uma pesquisa de maior alcance. Foram realizados estudos de caso em oito parques por meio de dezenas de entrevistas com gestores e atores sociais interessados, além de pesquisas documentais e observações diretas. Os resultados evidenciam que estes dois objetivos estão ainda longe de serem alcançados e que as estratégias colaborativas utilizadas não são suficientes para dar conta das limitações organizacionais, materiais e humanas existentes nesses órgãos. Concluiu-se também, que falta uma visão estratégica às três esferas de governo envolvidas na gestão desses parques no sentido de enxergarem o ecoturismo em unidades de conservação da cidade como um poderoso meio de viabilizar o desenvolvimento sustentável local.

**I. Introdução e Contextualização do Problema****1.1. Crescimento, dilemas e caminhos do ecoturismo em áreas de conservação**

O terço final do século vinte testemunhou um enorme crescimento do turismo alternativo, forma de turismo em menor escala que o turismo de massa convencional e orientado para áreas de interesse específico, como cultura, gastronomia, etc. O que se denomina de ecoturismo, ou turismo ecológico, é uma forma de turismo alternativo, porém voltada para a visita de áreas naturais, com a teórica responsabilidade de preservação de tais ambientes (Cater, 1993). Segundo Western (1999), o ecoturismo é, na verdade, um conjunto de interesses que emergem de preocupações de ordem ambiental, econômica e social. Estas definições estão em conformidade com aquela dada pela International Ecotourism Society (2001): *"Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local"*. Mais recentemente, o termo "turismo sustentável" vem sendo empregado como conceito mais completo, já que envolveria as premissas básicas do ecoturismo, porém incorporaria o turismo de massa, agora sob a ótica da sustentabilidade, conforme definida pelo Relatório Brundtland (Oliveira, 2004). Este artigo focará apenas o conceito de "ecoturismo", mais adequado ao escopo da pesquisa..

Como o ecoturismo se tornou um grande negócio nos últimos anos, movimentando muitos milhões de dólares em todo o mundo, ele possui a capacidade de prover os meios econômicos para a conservação dos ambientes que sejam objeto de sua atuação. No entanto, vários pesquisadores ambientais e conservacionistas têm constatado a crescente degradação de ambientes naturais visitados (Orams, 1995), sendo o parque nacional de Yellowstone, nos EUA, que chegou a ter mais de dois milhões de turistas por ano, o caso mais notório (Ross e Wall, 1999; Western 1999). Se para alguns defensores da conservação ambiental, o verdadeiro ecoturismo é aquele de baixo volume e que prioriza as questões ambientais, para outros, esta visão é idealista e não atinge a escala suficiente para permitir a conservação a que se propõe. Na verdade, seria necessário atrair e conscientizar um número de turistas suficientemente grande para permitir auferir lucros econômicos que viabilizassem a concretização dos objetivos conservacionistas, aliados à melhoria das condições de vida das populações locais, dentro da ótica de desenvolvimento sustentável. O que emerge dessa polêmica é que o ecoturismo possui uma característica intrinsecamente contraditória. Possui a

capacidade de gerar grandes oportunidades para a conservação das áreas naturais, mas, ao mesmo tempo, traz embutidos em suas atividades os riscos do turismo que pode destruir a natureza. Em sintonia com a segunda corrente, Ross e Wall (1999) afirmam que o ecoturismo deve ter como objetivo principal a garantia dos meios para a conservação de áreas naturais, através da geração de receitas, educação ambiental e envolvimento das populações locais. Tal definição aborda algumas questões fundamentais para a prática do ecoturismo, dentro da ótica do desenvolvimento sustentável. Primeiramente, uma interpretação mais abrangente desta afirmação leva à conclusão de que ações turísticas que não tenham como objetivo primordial viabilizar a conservação ambiental das áreas visitadas ou que, mesmo tendo certa preocupação, não consigam garantir o alcance deste objetivo, devem ser rejeitadas.

Dentro do contexto da sustentabilidade e com o objetivo de garantir a preservação e/ou uso sustentável de diversas áreas do território brasileiro com características naturais relevantes, foi promulgada no ano de 2000 a Lei 9985 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental (SNUC) e regulamentou a gestão dos diferentes tipos de unidades de conservação ambiental no país. O SNUC identifica cinco grandes objetivos de uma unidade de conservação integral do tipo parque (Brasil, 2000; Capítulo III, Artigo 11º):

1. Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.
2. Possibilitar a realização de pesquisas científicas.
3. Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental.
4. Desenvolver atividades de recreação em contato com a natureza.
5. Desenvolver o turismo ecológico (ecoturismo).

Estes objetivos, se cumpridos de forma efetiva, podem contribuir para a sustentabilidade da unidade de conservação e das comunidades em seu entorno. Enquanto os três primeiros objetivos referem-se à conservação ambiental e sua divulgação, o quarto objetivo tem como preocupação a melhoria da qualidade de vida dos frequentadores da unidade. Intimamente associado a este, está o objetivo de promover o turismo ecológico (ecoturismo), o qual, ao mesmo tempo em que diverte e educa, é uma opção de geração de receita para o parque e seus parceiros e de geração de renda para as comunidades em seu entorno, atingindo assim as dimensões financeira e social da sustentabilidade.

O próprio SNUC estabelece uma diretriz que ajudaria a alcançar estes objetivos de forma colaborativa e participativa (Brasil, 2000, Capítulo II, artigo 5º): a de que os órgãos gestores das Unidades de Conservação devem buscar “o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação”. O Plano de Manejo elaborado a partir de contribuições da sociedade é um instrumento a ser desenvolvido de forma participativa e que ajudaria a gestão da Unidade de Conservação a definir a forma pela qual o ecoturismo deveria ser implantado e gerido. Nesse novo contexto, percebe-se que o município do Rio de Janeiro possui vocação especial para a conservação ambiental por conter inúmeras áreas naturais de importância ecológica ou de interesse turístico. Em 2006, havia no Rio dezenas de unidades de conservação, destacando-se entre elas dezessete parques naturais municipais, três parques estaduais e um parque nacional, que são unidades de conservação integral, cujo principal objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto, entre eles o ecoturismo, dos seus recursos naturais (Brasil, 2000, Capítulo III, Artigo 7º, Parágrafo 1º). Cada um desses parques é administrado pelo órgão gestor responsável dentro da respectiva esfera de governo, que nomeia um funcionário do órgão para exercer o cargo de gestor do parque. Estes parques são potenciais geradores de trabalho e renda para a população de seu entorno, por meio de empregos nos diversos serviços de apoio à gestão da unidade e às atividades turísticas. No entanto, auditorias recentes têm constatado que uma boa parte desses parques

carece de infra-estrutura e recursos financeiros, humanos e gerenciais suficientes para cumprir as diretrizes e objetivos preconizados pelo SNUC, entre eles, o planejamento e implantação de projetos ecoturísticos (PCRJ-SMAC, 2004; TCMRJ, 2005).

## **I.2. Questões de Pesquisa e Objetivos do Artigo**

As principais questões que emergem diante de tal situação dizem respeito a como as atividades de promoção do lazer e do ecoturismo nas unidades de conservação do tipo parque da cidade do Rio de Janeiro estão sendo planejadas e gerenciadas e se os resultados têm sido efetivos, pela ótica da sustentabilidade. Em consonância com as diretrizes participativas do SNUC, é bastante importante entender quais estratégias colaborativas têm sido utilizadas pelos gestores desses parques em sua gestão. Sendo assim este artigo apresenta os principais resultados e conclusões de uma pesquisa maior que analisou as estratégias colaborativas utilizadas e a gestão de oito parques da cidade *vis-à-vis* os objetivos e diretrizes preconizados pelo SNUC. Neste artigo focalizam-se somente os objetivos voltados para a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo.

## **II. Referencial Teórico**

### **II.1. Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo**

A partir da década de 70, com o crescimento do movimento ecológico e da consciência da necessidade de preservar o meio ambiente, paralelo à constatação de que o turismo nas áreas de interesse ambiental estava degradando sua biodiversidade, surgiu a preocupação de aliar o turismo à conservação das áreas visitadas (Ceballos–Lascuráin, 1999). Assim, a questão econômica começa a ser abordada, pois em muitos casos, somente através da visitação turística é possível arrecadar os fundos necessários à conservação da natureza do local. Nos casos em que comunidades locais tradicionais dependem da natureza (pesca, extrativismo) que seja foco dos conservacionistas, os interesses podem se tornar incompatíveis, isto é, a conservação ambiental pode inviabilizar o sustento econômico dessas populações. Assim se faz necessário também uma preocupação social. A integração do ambiental, com o econômico e o social, caracteriza uma abordagem de desenvolvimento sustentável, típica do que muitos denominam hoje de ecoturismo, ainda que esse termo tenha várias definições e interpretações.(Orams, 1995; Western, 1999; Scheyvens, 1999). A partir da década de 90, a questão da sustentabilidade ganhou conceitos mais claros, sendo atualmente consenso que o ecoturismo, deve buscar a harmonizar as necessidades do meio ambiente, da comunidade local, dos visitantes e da própria atividade turística, aí incluídas, por exemplo, as caminhadas ecológicas em trilhas, o montanhismo, a observação de animais, a fotografia e a filmagem amadoras, entre outras (Costa, 2002). Só assim, o ecoturismo poderia ajudar a conservar ou recuperar as áreas naturais, reforçando a cultura e contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades locais. Assim, pode-se definir o ecoturismo em função de suas metas primordiais de conservação das áreas naturais, com baixo impacto causado pelos visitantes, concomitantemente ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades locais.

No entanto, para Western (1999), o ecoturismo está deixando de definir-se como turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza. Ross e Wall (1999) compartilham dessa visão e afirmam que o ecoturismo teria como objetivo principal garantir meios para a conservação de áreas naturais, através da geração de receitas, educação ambiental e envolvimento das populações locais. Ross e Wall defendem que as funções básicas do ecoturismo são, em paralelo com a geração de uma experiência agradável na natureza, proteger as áreas naturais, geração de receita, educação e construção da capacidade e participação locais, que, juntas, atingiriam alguns objetivos específicos, dentro

de um conceito de desenvolvimento sustentável, que procurar resolver o conflito entre exploração e conservação do recurso natural.

Contudo, como alerta Sachs (1993), definir desenvolvimento sustentável é uma tarefa complexa, em função da necessidade de se levar em conta sua multi-dimensionalidade sistêmica e espacial. Mais complexa ainda é a sua medição. Diversos autores estrangeiros e nacionais têm se dedicado a identificar a melhor maneira de medir o grau de sustentabilidade de ações conservacionistas ou do desenvolvimento de determinada região, sem que, no entanto se tenha chegado a um consenso sobre o melhor método. Há, no entanto, concordância a respeito da necessidade de se considerarem indicadores relacionados aos resultados econômicos, sociais e ambientais na avaliação (Egler, 1999), ainda que as dimensões culturais e espaciais não possam ser desprezadas conforme proposto por Sachs (1993). Assim sendo, considerando a gestão do ecoturismo em uma unidade de conservação um conjunto específico de indicadores deve ser desenvolvido, a fim de medir, de forma adequada, se tais objetivos estão sendo alcançados. Para Bellen (2004), é necessário definir claramente o escopo e objetivo de qualquer projeto de desenvolvimento sustentável, bem como as atividades econômicas que aí se desenvolverão, a fim de claramente desenvolver o sistema de indicadores mais apropriados, o que no caso de unidades de conservação, significa incluir no seu Plano de Manejo a tarefa de elaborar um conjunto específico de indicadores que meçam de forma adequada os diversos objetivos previstos no SNUC. Wondolleck e Yaffee (1997) indicam que tal conjunto de indicadores pode e deve emergir da discussão entre os atores sociais envolvidos.

Considerando a operacionalização do ecoturismo, vários autores defendem a adequada gestão dos empreendimentos ecoturísticos. Esta gestão pode ser decomposta nas etapas de seleção da área ambiental, planejamento do projeto de ecoturismo que melhor se adequa às necessidades ambientais e da população local, implantação do projeto, o que envolve desde a captação dos recursos até a mobilização de todos *stakeholders* envolvidos, e o gerenciamento do projeto, que envolve a medição dos resultados para compará-los com as metas planejadas. Cater (1993) afirma que o essencial é reconhecer que sem o adequado conhecimento dos fatores atuantes e um cuidadoso planejamento e gerenciamento, o ecoturismo pode trazer aspectos insustentáveis. Almeida et al. (1999) lembram que durante a etapa de planejamento, devem ser considerados os danos potenciais que possam ser causados ao meio ambiente em função da fragilidade dos ecossistemas naturais frente a um excessivo número de visitantes, ou ao tráfego de veículos pesados, por exemplo, ou ainda, pela instalação de infra-estrutura fora das normas preestabelecidas. Outro risco a ser considerado é o impacto negativo dos visitantes sobre os valores da população local, o que pode gerar conflitos de natureza moral e cultural. Assim sendo, para se diminuir a possibilidade de impactos negativos das atividades relacionadas ao ecoturismo faz-se necessário um planejamento estratégico, levando-se em consideração as características gerais do ecossistema, para que se possam estabelecer algumas normas de implantação das atividades turísticas, tais como o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transportes e a adoção de parâmetros para a implantação da infra-estrutura. Seabra (2001) vai ao encontro de Almeida et al. ao enfatizar que o planejamento e a gestão das unidades de conservação visando à implantação de empreendimentos turísticos devem obedecer a critérios técnico-científicos e jurídico-institucionais, respeitando-se legislação vigente, a propriedade privada e a cultura local desenvolvida pelos povos tradicionais. Seabra (2001) propõe uma metodologia para implantação de um programa ecoturístico em unidades de conservação, composta diversas etapas, que poderiam ser resumidas por: Diagnóstico e identificação do potencial turístico local; Planejamento turístico-ecológico-econômico; Obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos; Programação e divulgação das atividades; e Implantação, monitoramento e avaliação permanentes. Já Boyd e Butler (1996) propõem uma estrutura baseada em oito componentes

para a identificação de oportunidades e o gerenciamento do ecoturismo, que eles denominam de espectro de oportunidades do ecoturismo. Os componentes são: acesso ao local, outras atividades ligadas ao local, atrações oferecidas, infra-estrutura existente, interação social, nível de habilidades e conhecimento, aceitação de impactos dos visitantes e aceitação do regime de gerenciamento.

Por outro lado, Ross e Wall (1999) apresentam um construto teórico – o paradigma do ecoturismo - que procura relacionar o turismo com as comunidades locais e a diversidade biológica, enfatizando que se deve buscar o reforço positivo dos laços entre estes três elementos a fim de que o todo seja maior que a soma das partes. A partir desse construto, eles propõem a geração de indicadores relevantes para avaliar o ecoturismo no local, a partir de consultas aos stakeholders, e discutem em maior detalhe os inter-relacionamentos do modelo. Ross e Wall admitem que o construto por eles proposto só se torna viável se houver efetivo gerenciamento do processo, através de adequados arranjos institucionais e compromissos administrativos, que incluem a formulação de políticas e de estratégias de gerenciamento e o envolvimento de uma ampla gama de organizações, incluindo as organizações não governamentais (ONGs) e agências de desenvolvimento e conservação em áreas de desenvolvimento. Além disso, a qualidade das políticas empregadas para proteção da área ambiental, bem como das pessoas encarregadas de sua execução influenciarão em muito os resultados. Ross e Wall (1999) destacam o papel das ONGs, dos times de pesquisa e das agências de desenvolvimento em países em desenvolvimento, como fornecedoras de recursos qualificados, bases de dados e conhecimento em geral, através da educação e da criação de oportunidades para construção da capacidade local por meio de treinamento. Este ponto introduz uma questão essencial para a gestão de projetos ecoturísticos: a participação dos stakeholders durante todo o processo.

Para Presas (2001), por exemplo, a transição para o desenvolvimento sustentável requer uma nova forma de pensar baseado, não mais no tradicional enfoque verticalizado, de cima para baixo, mas em um mecanismo de aprendizado coletivo, fruto do diálogo entre os atores sociais. Isto só acontecerá na medida em que estes se dêem conta de seu papel individual, das interdependências e da necessidade de parcerias. Assim, um amplo debate de caráter democrático e um processo decisório participativo envolvendo as partes interessadas seriam essenciais para a correta identificação das questões relevantes, do estabelecimento de prioridades e definição de planos de ação viáveis, em função das posições muitas vezes conflitantes desses *stakeholders*. Esta estratégia é também defendida por Rocha (1997) e Valladares-Padua et al.(2001). Ross e Wall (1999) afirmam ser necessário que os responsáveis pelo projeto mantenham um nível de diálogo que permita entender as necessidades locais, evitando a adoção de medidas que prejudiquem as comunidades locais, encorajando maior poder decisório para elas, permitindo a criação e consolidação dos *stakeholders*, gerando líderes ecológicos locais e criando capacidade local de monitorar e avaliar o progresso dos projetos de ecoturismo. Neste novo contexto, as estratégias tradicionais de desenvolvimento das sociedades, baseadas em critérios puramente econômicos e sem participação dos *stakeholders* no processo de planejamento e na tomada de decisão, não são mais viáveis. Há necessidade da adoção de um enfoque socioambiental, considerando os interesses das redes de *stakeholders*, sobretudo da comunidade local, que acaba por influenciar a direção e os resultados dos programas de ecoturismo que os afetarão.

## **II.2. Estratégias Colaborativas e sua Aplicação ao Caso da Conservação Ambiental**

Neste artigo o conceito de “estratégias colaborativas” incorporará diversos tipos de arranjos colaborativos, temporários ou não, com muitos ou poucos participantes, oficiais ou informais, incluindo alguns tradicionais como alianças estratégicas ou redes. Algumas das principais estratégias colaborativas utilizadas na área da conservação ambiental são:

**Gestão Participativa de unidades de conservação** – inclui a participação da comunidade do entorno de uma unidade de conservação por meio de um Conselho Consultivo (Brasil, 2000).

**Gestão Compartilhada ou Co-Gestão de unidades de conservação com OSCIPs** – quando uma unidade de conservação é gerida por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão (Brasil, 2000; Brasil, 2002).

**Parcerias simples** - aquelas focadas em um ou dois temas, envolvendo um pequeno número de parceiros e possuindo uns poucos objetivos específicos. (Wondolleck e Yaffee, 2000).

**Parcerias Múltiplas** – Aquelas envolvendo um grande número de parceiros, em geral em torno de projetos ambientais mais complexos. (Wondolleck e Yaffee, 2000).

**Coordenação entre agências (órgãos de governo)** - são ações integradas entre órgãos do mesmo governo ou de governos diferentes para atingir objetivos comuns em questões ambientais. (Wondolleck e Yaffee, 2000).

### III. Método da Pesquisa

Este artigo é baseado no recorte de duas das dimensões estudadas por uma pesquisa maior, para uma tese de Doutorado já defendida. Realizou-se uma pesquisa exploratória (Remenyi et al., 1998) e adotou-se uma abordagem qualitativa (Creswell, 2003), operacionalizada por meio da estratégia de múltiplos estudos de caso (Yin, 1994), com o objetivo de aumentar a capacidade de generalização da pesquisa. A confiabilidade da pesquisa foi buscada por meio de um protocolo de estudo de caso e de um processo contínuo de triangulação das fontes de dados, como propostos por Yin (1994), complementados pela criação de uma base de dados com todas as entrevistas e documentos coletados. Dos vinte e um parques do universo inicial foram selecionados oito, representando as três esferas de governo, que são apresentados na Figura 1. Dos seis parques municipais, a maioria com menos de 100 hectares de área, cinco localizam-se na Baixada de Jacarepaguá que abrange os bairros da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá.

Foram analisadas 71 (setenta e uma) entrevistas das 78 (setenta e oito) realizadas com os responsáveis dos órgãos gestores centrais, com os gestores dos parques e com representantes de diversos grupos de atores sociais interessados na gestão dos parques (ONGs, empresas, associações classistas e de moradores, instituições de ensino e pesquisa, associações políticas, entre outras). As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com base em listas de questões abertas pré-elaboradas. Também foram obtidos dados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de diversas observações diretas nos parques estudados. A fase de coleta de dados durou de novembro de 2005 a dezembro de 2006, com um follow-up final entre Janeiro e Março de 2007. O tratamento dos dados foi eminentemente qualitativo, usando-se um software de Análise de Conteúdo (Atlas versão 4.2) como suporte à análise das entrevistas transcritas.

### IV. Resultados da Pesquisa

A seguir serão apresentados os principais resultados da pesquisa para cada um dos oito parques estudados e, ao final, será apresentada uma análise comparativa entre os casos, levando-se em conta as diferenças oriundas do fato de os parques pertencerem a diferentes esferas de governo. A análise entre parques procurou encontrar semelhanças e diferenças em termos de estratégias colaborativas empregadas, configurações de relacionamento resultantes e resultados alcançados, em função das ações dos gestores e de seus respectivos órgãos centrais e das especificidades locais de cada parque. Na tabela da Figura 1 são apresentados os parques estudados, destacando-se por sua área os Parques Nacional da Tijuca e Estadual da Pedra Branca. A maior parte dos parques está localizada na zona oeste do Rio, área onde ocorreu a maior pressão de crescimento urbano da cidade nos últimos vinte anos. Apenas um

dos parques, o da Tijuca, possuía Plano de Manejo, por ocasião da pesquisa, fato que se mantém válido até hoje. Este é um indicador de que as atividades ecoturísticas dos demais parques ainda se encontram em fase de planejamento ou implantação, ou ainda, funcionando de forma precária, já que tal instrumento deveria ser a base para a elaboração de um planejamento estratégico do ecoturismo dentro de cada parque. A seguir são apresentados resumos dos oito estudos de caso, sintetizados na tabela da Figura 2, ao final do artigo.

Parques	Área (ha)	Localização	Órgão Responsável	Plano de Manejo
Parque Nacional da Tijuca	3.953,0	Alto Boa Vista	IBAMA	Sim
Parque Estadual da Pedra Branca	12.500,0	Zona Oeste	Instituto Estadual de Florestas (IEF)	Em elaboração
Parque Natural Municipal (PNM) de Marapendi	971,0	Recreio / Barra	Secret. Municipal de Meio Ambiente (SMAC)	Não
PNM Chico Mendes	40,0	Recreio	SMAC	Não
PNM da Prainha	146,9	Grumari	SMAC	Não
PNM Bosque da Barra	50,0	Barra da Tijuca	SMAC	Não
PNM Bosque da Freguesia	31,0	Freguesia	SMAC	Não
PNM do Penhasco Dois Irmãos	25,3	Leblon	SMAC	Não

Figura 1 – Informações básicas sobre os parques estudados

Obs.: ha = hectare

#### IV.1-Estudo de Caso do Parque Natural Municipal (PNM) de Marapendi

O PNM de Marapendi costuma receber muitos visitantes, principalmente devido ao funcionamento do Centro de Educação Ambiental (CEA) de Marapendi em suas dependências, pois o mesmo atua como grande estimulador de ecoturismo, em função de suas contínuas atividades de educação ambiental, principalmente junto às escolas públicas, da região ou não. Entre 15 de maio e 10 de julho de 2005 foi realizada uma pesquisa junto a visitantes do parque, por meio de preenchimento de um questionário respondido por 61 visitantes. Alguns dos dados desse questionário foram tabulados e tratados em 2007 por este pesquisador e os resultados são apresentados a seguir:

- Na amostra analisada 51,7 % são homens e 48,3% de mulheres. Dos que informaram idade, 41,8% estão na faixa de 41 a 60 anos e 40,0% na faixa de 21 a 40 anos e 9,1% entre 16 e 20 anos. Foram ainda contados três menores de 15 anos.
- Dos freqüentadores que assinalaram bairro de origem, 62,3 % vivem no Recreio e 8,2 % na Barra. Os demais 29,5% vêm de outros bairros.
- Entre os freqüentadores da amostra, 69% só freqüentam o parque nos fins de semana e 13 % só nas férias. Os demais o visitam esporadicamente.

As principais queixas dos visitantes da amostra dizem respeito à falta de infraestrutura de apoio (água potável e banheiros), limpeza das águas da lagoa e falta de divulgação do parque e de seus eventos. Segundo o gestor, os principais impactos negativos causados pelos visitantes sobre o parque são: colocação de lixo em locais inapropriados dentro do parque, sobretudo próximo à área onde o muro caiu, caça e coleta indevida de espécimes. Além do alto nível de poluição da lagoa de Marapendi, dois impactos adicionais sofridos pelo PNM de Marapendi são o excesso de ruído causado por veículos que transitam pelas avenidas que margeiam o parque e os gases emitidos pelos mesmos. Estes dois tipos de poluição são prejudiciais à fauna do parque e à própria tranquilidade dos visitantes. Infelizmente, este é um problema sem solução aparente, face ao crescimento urbano em torno do parque e à vocação para o lazer praiano do bairro.

Quanto a ações colaborativas entre o gestor do parque e a comunidade e empresários locais, foi identificada a iniciativa de uma empresa de comunicação e design local, que desenvolveu no final de 2005 uma campanha intitulada “Preserve”, de divulgação das belezas

naturais do bairro entre seus moradores e sua conscientização sobre a preservação da natureza. A campanha foi financiada por clientes da empresa, que tiveram suas empresas e marcas divulgadas durante sua realização. A campanha foi um sucesso e melhorou o relacionamento entre a empresa e a gestão do parque, mas não teve continuidade. Um dos diretores da empresa reclamou do excesso de burocracia dentro da SMAC para poder aprovar projetos. Com exceção desta iniciativa e dos folhetos distribuídos aos visitantes, não foram identificadas outras práticas do parque no sentido de aumentar a visitação e promover o ecoturismo. Pode-se concluir que, em função da presença do Centro de Educação Ambiental dentro do parque, a frequência de visitantes é satisfatória, principalmente de grupos organizados de alunos. No entanto, sentiu-se a falta de continuidade nos esforços do gestor para encontrar parceiros que o ajudassem a divulgar mais o parque, especialmente face ao interesse de empresas locais.

#### **IV.2- Estudo de Caso do Parque Natural Municipal (PNM) Chico Mendes:**

Apesar de não existir um planejamento no PNM Chico Mendes, o número de visitantes vem crescendo nos últimos anos graças a um trabalho de divulgação por parte do gestor. Existem folhetos específicos sobre meio ambiente e pelo parque impressos de forma centralizada pela SMAC. Outro ponto forte do parque, segundo o gestor, é a visita orientada, que acontece de terça a sexta, em dois horários e excepcionalmente, aos domingos, quando estudantes universitários de biologia, que fazem estágio no parque, guiam grupos de pessoas ou estudantes das escolas da cidade. É interessante mencionar que o caso dos estagiários é uma das poucas parcerias feitas pela SMAC envolvendo todos os parques. O Instituto Iguazu de Pesquisa e Proteção Ambiental uma ONG, intermedia estágios não remunerados nos parques naturais municipais junto às universidades e faculdades de biologia. Esta mão de obra gratuita ajuda o gestor em visitas guiadas e algumas operações de manejo no parque, além de realizar pesquisas, outro objetivo de uma unidade de conservação. Um dos maiores atrativos do parque é o fato de nele existir um criatório de jacarés do papo amarelo, espécie endêmica e ameaçada de extinção. No entanto, esta atração é relativamente pouco aproveitada, já que poderia gerar parcerias com empresas que quisessem investir em empreendimentos ecoturísticos na região, que protegessem a espécie, conservassem seu habitat natural, no caso o parque e seu entorno, e gerassem receitas de turismo e trabalho para a população de baixa renda no seu entorno.

#### **IV.3- Estudo de Caso do PNM da Prainha**

O PNM da Prainha dispõe de boa infra-estrutura para receber os visitantes: banheiros e chuveiros públicos, uma varanda para eventos, centro de visitantes com salas de reuniões, de ciências e de exposições, além de trilhas que podem ser percorridas com ou sem o auxílio de um guia. Algumas delas, no entanto, não estão em bom estado, nem bem sinalizadas. Constatou-se que o funcionamento do CEA da Prainha dentro do parque estimula a visitação e o ecoturismo, em função de suas contínuas atividades. No entanto, a gestora observou que a visitação ao parque é bastante sazonal, devido a sua distante localização, sendo bem maior durante o verão e fins de semana de sol. Não foram obtidas estatísticas de visitação do parque, que dispõe de um pequeno folheto de apresentação e de outros folhetos de educação ambiental a disposição dos visitantes.

A parceria do Instituto Atlantis com a SMAC garante que sempre haja grupos de funcionários de empresas visitando o parque para realizarem atividades recreativas e ecológicas ligadas as suas atividades profissionais. No entanto, parece faltar maior divulgação do parque, crítica feita pela Associação de Surfistas e Amigos da Prainha (ASAP). Segundo um membro da ASAP, a maioria das pessoas que entra no parque o faz apenas para usar os chuveiros e banheiros situados na entrada. Durante a pesquisa constatou-se um conflito velado

entre a gestão do parque e a ASAP, o que certamente dificultava a implementação de quaisquer parcerias no sentido de ali desenvolver o ecoturismo. Constatou-se um baixo aproveitamento do enorme potencial turístico deste parque.

#### **IV.4-Estudo de Caso do PNM Bosque da Barra**

Foram identificadas algumas parcerias interessantes entre o gestor do PNM Bosque da Barra e empresas e ONGs, que mesclam atividades de esporte, lazer e educação ambiental, garantindo uma boa frequência de visitantes nos fins de semana. Segundo o gestor do parque, algumas empresas locais têm sido parceiras do parque na organização de eventos culturais e esportivos. No ano de 2005 já havia sido realizada uma extensa programação de eventos com teatro, aulas de capoeira, shows musicais e exposições, sempre aos domingos. A contrapartida, não obrigatória, do parceiro aconteceu via doação de material de limpeza, sacos de lixo, papel higiênico e outros itens ao parque, visando a ajudar na sua manutenção, especialmente nos momentos de falta de contrato de manutenção. Outra parceria importante relatada pelo gestor tem ocorrido com o grupo de teatro Ineptus Clã, que vem se especializando em peças de caráter educacional sobre meio ambiente, desde 2001. O grupo oferece oficinas de ecoteatro e se apresenta de graça aos domingos. Em troca, utiliza o parque como sua sede, até para guarda de seu material, e vitrine para o público em geral e empresas que os contratam para se apresentarem em festas e eventos.

Segundo o gestor do parque, o comportamento dos visitantes do parque é, em geral, respeitoso em relação às normas, mas este comportamento nem sempre foi assim, sendo, na verdade, resultado de um processo de conscientização via diálogo e ecoteatro. Quanto ao lixo, o gestor também relatou a existência de uma parceria com a COMLURB para fixação de lixeiras e uso lixeiras móveis aos sábados e domingos, dias em que ocorrem muitos piqueniques no parque. O gestor informou que, apesar de não possuir controles nem estatísticas sobre o número de visitantes do parque, tem uma idéia do número de visitantes pelo número de carros no estacionamento, no qual há cem vagas disponíveis: *“..A gente recebe aqui uma média, que já foi aferida, de cinco mil pessoas a seis mil pessoas mês.”*

A avaliação que se faz sobre o cumprimento desse objetivo do SNUC é positiva, considerando-se que a gestão do parque conseguiu criar, por meio de parcerias informais, uma série de atividades que unem lazer, meio ambiente e educação ambiental, aumentando a frequência de visitas ao parque e a consciência do público sobre o tema. Por outro lado, verificou-se uma ênfase demasiada do gestor em atividades esportivas em detrimento de atividades de ecoturismo, pesquisa e conservação do ecossistema do parque. Durante as entrevistas o gestor comentou, inclusive, sobre um projeto para construir quadras de vôlei em uma área antes ocupada por vegetação. Esta inclinação pelo esporte seria menos problemática se o gestor tivesse o apoio de biólogos ou outros técnicos especializados que suprissem sua deficiência na área ambiental. Como não o tem, ele acabou priorizando as atividades nas quais se sentia mais confortável, em função de ser um professor de educação física, o que pode comprometer os objetivos de conservação do parque, já bastante antropizado, no médio prazo, desvirtuando sua preocupação primária de conservação da natureza..

#### **IV.5- Estudo de caso do PNM do Penhasco Dois Irmãos**

A visitação e o turismo no parque ainda são fracos, devido, principalmente, a sua localização no alto de uma encosta, o que dificulta o acesso a pé, mas também devido à pouca divulgação do parque e à associação deste à favela do Vidigal, pela proximidade, o que inibe muitos visitantes com medo de eventuais tiroteios na região. O gestor do parque enfatizou que não existe este risco dentro do parque. Têm havido mais recentemente muitas visitas de turistas estrangeiros trazidos por excursões em camionetes abertas. O gestor estima o número de visitantes em torno de 450 a 500 nos fins de semana. Os frequentadores mais assíduos são

justamente os moradores, principalmente crianças, da Favela Chácara do Céu, que fazem do parque sua área de lazer. Por ocasião da coleta de dados havia inclusive em andamento um projeto de recreação e educação ambiental para crianças coordenado por uma agente ambiental da SMAC e pelo encarregado do Projeto “Mutirão Reflorestamento”, ambos moradores da comunidade. O projeto consta de atividades de capoeira no parque, artesanato e dança. As crianças também têm aulas de educação ambiental.

O gestor afirmou que um de seus objetivos principais é tentar trazer para o PNM do Penhasco Dois Irmãos palestras de conscientização e educação ambiental a fim de divulgar mais o parque. Também estaria nos planos a realização de visitas guiadas, sujeitas, no entanto a não ocorrerem problemas de violência no entorno. Por outro lado, como a frequência é pequena, o impacto de visitantes sobre a área do parque é baixo, facilitando sua manutenção. Não foram identificadas quaisquer parcerias no sentido de estimular a visitação ao parque.. Conclui-se então que o objetivo não vem sendo ainda plenamente alcançado apesar das boas intenções do gestor, principalmente pelos problemas de violência no entorno, que criam uma falsa imagem de insegurança sobre o parque. Percebeu-se também certa dificuldade em estabelecer parcerias, seja com as associações de moradores e empresários, seja com ONGs ambientais.

#### **IV.6- Estudo de caso do PNM Bosque da Freguesia**

Um dos grandes desafios da gestora quando assumiu o cargo no PNM Bosque da Freguesia em 2003 foi o de fazer os atores sociais entenderem a mudança de *status* que estava ocorrendo de parque público para parque natural. Isto trazia mudanças na maneira como o parque passaria a ser usado pelos visitantes, sobretudo os frequentadores diários de caminhadas. Entre as mudanças introduzidas à base do diálogo estavam: o que se podia fazer ou não dentro do parque; a proibição do uso de bicicletas dentro do parque, uma prática até então normal, e a questão do horário de funcionamento (de 7 às 17 horas), abrindo-se o parque uma hora mais cedo do que previsto nas normas da SMAC a fim de não prejudicar os praticantes de caminhadas matinais.

A gestora utilizou o Conselho Consultivo como fórum de discussão das novas normas e atuou operacionalmente por meio do pessoal do Grupamento de Defesa Ambiental (GDA) para orientar os frequentadores do parque. No entanto, ela mesma lembra a necessidade de se flexibilizarem as normas em determinadas situações, como no caso do campo de futebol e da quadra poliesportiva, que teoricamente deveriam ser retirados de uma unidade de conservação ambiental do tipo parque. Assim, a gestora também mostrou noção de que estava ali para atender às necessidades dos frequentadores do parque, respeitadas as restrições normativas.

Quanto às parcerias formadas durante a gestão com o objetivo de dar apoio a atividades de lazer e ecoturismo, estas também são, em geral, informais e de caráter pontual, destacando-se o supermercado Prezunic que fornece café da manhã em alguns eventos organizados pelo parque. A divulgação dos eventos é feita gratuitamente por uma gráfica local, a Folha de Papel. Já a empresa de transporte urbano Redentor tem cedido ônibus para excursões com frequentadores da terceira idade às outras unidades de conservação. Outro parceiro local identificado foi a agência do Banco Itaú, que já há três anos usa o espaço do parque para fazer trabalhos de conscientização ambiental com as escolas do entorno. O parque entra com as palestras e o Banco organiza o evento com animação e lanche. Em troca, o Banco tem doado equipamentos e materiais ao parque, como um bebedouro, por exemplo.

Sem dúvida, as ações proativas da gestora do PNM Bosque da Freguesia em busca de parcerias junto à iniciativa privada parecem ser os mais eficazes entre os parques do município estudados. As entrevistas parecem indicar que a existência do Conselho Consultivo, único em funcionamento entre os parques municipais na ocasião, facilitou o contato e a formação de redes de parcerias informais do parque. No entanto, o funcionamento

deste mesmo Conselho foi o pivô de uma crise de relacionamento entre a gestora e a Associação de Amigos do Bosque da Freguesia e a Associações de Moradores e Amigos da Freguesia, acabando por gerar, alguns meses depois da pesquisa, o afastamento da gestora e o comprometimento do trabalho até então realizado, pois o cargo foi assumido pelo gestor do PNM de Marapendi, que acumulou as duas funções.

#### **IV.7- Estudo de caso do Parque Estadual da Pedra Branca**

O Parque Estadual (PE) da Pedra Branca constitui a maior floresta em área urbana do Mundo com 12.500 ha espalhados pelo Maciço da Pedra Branca. Sua extensão e localização fazem como parque faça limite com cerca de dezessete bairros do município, perfazendo um perímetro de 80 quilômetros e abrangendo cerca de um terço da população do município. Pesquisas realizadas pelo IEF-RJ em 2001 e 2005 no município do Rio de Janeiro revelaram, no entanto, que a população local não conhece ainda essa área como de fato se deseja. Em pesquisa realizada em 2001, apenas um por cento da população fluminense conhecia o Parque Estadual da Pedra Branca. Apesar de ser extremamente relevante para a conservação de espécies da fauna e flora de mata atlântica do município, devido a sua grande biodiversidade, este parque encontra-se seriamente ameaçado pela crescente pressão urbana.

O PE da Pedra Branca não dispõe ainda de um Plano de Manejo. Em função das dificuldades financeiras encontradas pela gestão que assumiu em 2003 para contratar uma empresa que fizesse os estudos necessários, foram implantadas normas gerais provisórias para uso público, por meio de um decreto, que, inclusive, permite a cobrança de ingresso, ainda não efetivado. Segundo a Diretora de Conservação do IEF-RJ durante a pesquisa, a partir de 2004 com a entrada de recursos provenientes de medidas compensatórias paga por algumas empresas, o plano de manejo começou a ser realizado de forma terceirizada. O plano de manejo nortearia todas as ações a serem desenvolvidas para gestão do parque e o seu zoneamento, o qual deve prever as áreas onde seria possível desenvolver projetos de uso público, por exemplo, para ecoturismo, um potencial muito grande do parque. Por ocasião da pesquisa, o estudo socioambiental, etapa preliminar do plano de manejo da Pedra Branca, estava em andamento com expectativa de conclusão até o fim do ano. Este estudo identificaria as potencialidades do parque, a sociedade civil do entorno e todos os aspectos econômicos, socioambientais e socioculturais envolvidos. Com a nova mudança de gestão no IEF-RJ a partir de 2007, o estudo socioambiental está sendo revisto pela nova Diretoria de Conservação. Durante a pesquisa, foi identificada apenas uma parceria formal com a instituição UniverCidade, para sinalização de trilhas no parque, o que demonstra a precariedade da atividade de ecoturismo ali existente.

#### **IV.8- Estudo de caso do Parque Nacional (PARNA) da Tijuca**

A principal atração do PARNA da Tijuca é o Corcovado, onde se localiza a estátua do Cristo Redentor, talvez a maior atração turística da cidade do Rio de Janeiro e seu símbolo. Segundo a coordenadora do plano de manejo do parque, o número de visitantes no parque gira em torno de um milhão de pessoas por ano, sendo que 65% visitam o Corcovado e o restante as outras áreas, no entanto não há um controle preciso em áreas como Paineiras e Floresta da Tijuca. Para atender a esta grande quantidade de visitantes, em grande parte formada por estrangeiros, o PARNA da Tijuca desenvolveu uma parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e empresas que atuam no Corcovado. Além disso, a Associação dos Amigos do PARNA da Tijuca atua na gestão dos recursos financeiros que são aportados por um dos parceiros. Segundo a gestora do parque à época da pesquisa, a parceria envolve a conservação da área do parque, serviço de limpeza, dois quiosques, área de atendimento ao turista, estacionamento e tem funcionado adequadamente. Ela afirmou que a parceria estava sendo revista por ela a fim de colocar novas demandas junto aos parceiros. Cabe ressaltar que o

turismo do Corcovado não pode ser caracterizado como ecoturismo, mas sim como turismo de massa, que tem sérios impactos, pouco avaliados, sobre o meio ambiente local. Além disso, apesar de gerar grande receita, a mesma vai direto para um Fundo Nacional, sendo que apenas uma parte da arrecadação acaba retornando ao parque. O PARNA da Tijuca dispõe de um Setor de Ecoturismo, que desenvolve material de divulgação e educação ambiental e programa uma série de atividades de ecoturismo, como visitas guiadas pelas trilhas do parque e mutirões de limpeza. Estas atividades são gratuitas.

Considerando o aspecto de abandono observado pelo pesquisador em certas áreas do parque, sobretudo na Floresta da Tijuca, os constantes assaltos a turistas em determinadas áreas desse setor do parque, o assédio a turistas por falsos guias de turismo próximo à estação do trem do Corcovado e os serviços ilegais de transporte que operam no caminho para o Corcovado, todos eles freqüentemente denunciados pelos jornais, pode-se dizer que o PARNA da Tijuca também passa por dificuldades em atingir plenamente o objetivo de bem atender aos inúmeros visitantes que lá circulam. Considerando o sucesso da parceria múltipla no alto do Corcovado, pode-se especular que a formação de novas parcerias com empresas e ONGs seria oportuna, podendo-se pensar, por exemplo, na adoção de trilhas e atrações turísticas por partes destas, incorporando ao parque atividades organizadas de ecoturismo.

#### **IV.9-Análise entre Casos**

A Figura 2, ao final do artigo, resume as principais análises sobre os casos, e dela podem-se extrair algumas conclusões. Ao se analisarem os oito parques em termos de infraestrutura e desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo, pode-se concluir que, enquanto no aspecto de proporcionar lazer aos seus freqüentadores, os parques estudados conseguem alcançar graus satisfatórios de desempenho possuindo, em geral, equipamentos adequados e em bom estado e algumas atividades culturais ligadas ao meio ambiente, sobretudo para crianças, é sem dúvida alguma, na área do ecoturismo que os parques do Rio de Janeiro apresentam um de seus piores desempenhos, quase sem exceção. Em geral as trilhas são mal sinalizadas e faltam recursos humanos adequadamente treinados para orientar os ecoturistas. Questões de segurança são comuns, principalmente, por muitos dos parques serem cercados por favelas dominadas por traficantes de drogas. Mesmo o PARNA da Tijuca, campeão de visitantes, é procurado principalmente por suas atrações de turismo de massa, como as visitas ao Corcovado e Pedra Bonita.

No que diz respeito às estratégias colaborativas, constatou-se que todos os parques municipais carecem de planejamento e apoio central para planejamento de ações de ecoturismo, pois a SMAC privilegia as atividades de educação ambiental. Graças à sinergia entre estas duas atividades, os parques que possuem Centros de Educação Ambiental (CEAs) acabam se beneficiando parcialmente. Os gestores buscam, em geral, compensar esta deficiência formando parcerias informais no sentido de aumentar a freqüência dos parques. O PE da Pedra Branca também carece de um planejamento estratégico. A falta de um plano de manejo nestes parques contribui sobremaneira para agravar esta situação. Já o PARNA da Tijuca, apesar de diversos problemas, consegue planejar suas atividades turísticas de massa e ecoturísticas com algum grau de sucesso, graças à existência de um plano de manejo, de um setor especializado e uma grande parceria com a ONG Terra Azul, financiada pela Petrobras.

Quanto à contribuição das atividades de recreação e ecoturismo para a sustentabilidade dos parques, o que mediria, em certo grau, a efetividade das estratégias implementadas e da gestão em geral, pôde-se constatar que, na média, a sustentabilidade ambiental é pouco afetada de forma mais positiva. Em alguns casos, como no PARNA da Tijuca e no PNM do Bosque da Barra, esta sustentabilidade chega a ser ameaçada pelo excesso de visitantes, que podem exceder a capacidade de carga da área protegida. Em relação à contribuição da visitação e ecoturismo para a sustentabilidade financeira, ela é nula para todos os parques,

inclusive o PARNA da Tijuca. Este ponto parece crucial para a sobrevivência dos parques. Faz-se necessário criar mecanismos que possibilitem aos órgãos centrais cobrar pelo ingresso nos parques, além de buscarem de forma mais profissionalizada parcerias com a iniciativa privada e ONGs ambientais e financiamentos em órgãos de fomento. Para isso, a própria estrutura organizacional deve mudar, já que tanto os órgãos quanto os atuais gestores carecem de recursos materiais e humanos e gastam a maior parte de seu tempo com preocupações puramente operacionais para garantir serviços básicos. Já no que diz respeito à sustentabilidade social do parque e seu entorno, este parece ser o ponto para o qual a contribuição da visitação e do ecoturismo é maior, sobretudo pelo efeito benéfico sobre a saúde física e mental de seus freqüentadores e pela possibilidade de gerar atividades ecoculturais e até alguma renda para comunidades mais pobres.

Finalmente, parece faltar uma estratégia voltada para o desenvolvimento do ecoturismo nas unidades de conservação da cidade, não apenas nos órgãos centrais responsáveis, mas principalmente no nível de governo, nas três esferas. O Rio de Janeiro é, sem embargo, uma cidade de grandes belezas naturais e seus parques são destinos certos para quem quer apreciá-las, sob a ótica ambientalista ou, mesmo praticando esportes ligados à natureza, como o montanhismo. Porém, constata-se a falta de divulgação adequada e sistemática dos parques cariocas entre potenciais turistas com consciência ambiental. Pior ainda, alguns locais dentro de alguns dos parques são perigosos em função do contexto de violência que tomou conta da cidade. Assim, parece que somente com uma tomada de consciência por parte das lideranças políticas e uma ampla parceria entre as três esferas de governo e destas com a iniciativa privada, pode-se tornar o ecoturismo uma fonte de geração de renda para a população, de receita para os parques e instrumento de sua conservação.

## V. Conclusões e Recomendações

Com base nos casos analisados, e que são bastante representativos da realidade da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, e não muito diferentes da realidade de outras unidades de conservação urbanas existentes no país, conclui-se pela urgência do desenvolvimento de um modelo estratégico para o planejamento, implantação e gestão de projetos ecoturísticos na cidade do Rio de Janeiro, que contemple os problemas identificados de maneira explícita, dentro de uma abordagem sistêmica, como proposto por diversos autores anteriormente citados. Como resultado deste modelo, a definição de indicadores de desempenho ecoturístico é fundamental, devendo os mesmos ser atrelados à correta identificação das funções e objetivos de cada empreendimento ecoturístico, o que certamente varia de local para local.

Por outro lado, a preocupação com a conservação dos recursos naturais nas cidades, integrada ao desenvolvimento econômico com justiça social é cada vez valorizada em nossa sociedade. Neste sentido, as unidades de conservação urbanas podem desempenhar importante papel, não apenas como pulmão verde dos centros urbanos, mas como fonte de renda, lazer e maior participação e conscientização da sociedade sobre os problemas ambientais. A fusão da educação ambiental com o ecoturismo e a recreação parece ser uma estratégia fundamental para gestão bem sucedida dos parques. Ao conhecer o parque a população pode mais facilmente ser mobilizada a ajudar ou a, pelo menos, não agredi-lo. Esta reflexão leva à outra questão fundamental: os projetos de ecoturismo necessitam de adequado planejamento, gestão e monitoramento para serem bem sucedidos. Considerando a necessidade de planejamento, percebe-se que o ecoturismo é um fenômeno complexo que envolve a integração de diversos *stakeholders*, tais como turistas, comunidade local, governo, organizações com e sem fins lucrativos e outras organizações, formando uma complexa rede de múltiplas inter-relações e interdependências entre os subsistemas que o compõem: econômico, político, técnico, social, ecológico, cultural. Assim, o desenvolvimento

sustentável de unidades de conservação e de seu entorno é de implementação extremamente complexa, devido a interesses antagônicos em jogo.

Mais recentemente, inúmeras experiências de governança cooperativa de projetos de conservação ambiental em áreas rurais e urbanas têm sido relatadas no mundo (Halme e Fadeeva, 2000, Presas, 2001) e no Brasil em particular (Rocha, 1997, Equipe NEAL-UNICAP, 1999; Souza, 2002; Oliva e Magro, 2004; Oliveira e Santos, 2004), muitas delas envolvendo atividades ligadas ao ecoturismo. O ponto comum a todas essas experiências é que, com base na identificação dos diferentes *stakeholders* e de suas motivações foi possível estruturar uma rede de cooperação, liderada ora por órgãos do governo, ora por ONGs ou pela própria comunidade, de tal forma que os conflitos existentes entre as partes envolvidas fossem resolvidos por meio do entendimento e as ações conservacionistas pudessem ser implantadas de maneira eficaz. Elas apontam para a importância fundamental da participação ativa das comunidades locais e de outros *stakeholders* para o sucesso de qualquer empreendimento ecoturístico, tal como preconiza o SNUC.

## VI- Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Regina de, et al. Ecoturismo Na Web: Um Programa de ensino à distância para professores e alunos. *LEMADI/AVT – Depto. de Geografia/FFLCH/USP*. 1999.
- BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. *Anais do XXVIII EnANPAD*. Curitiba. 2004.
- BOYD, Stephen, BUTLER, Richard W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. *Tourism Management*. Vol 17. No. 8. pp. 557-566. 1996.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000*. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2006.
- BRASIL. *Decreto Federal nº 4.340*. Regulamenta artigos da lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2002, que dispõe sobre o SNUC, e dá outras providências. Diário oficial da União de 23/08/2002. Brasília – DF.
- CATER, Erlet. Ecotourism in the Third World: problems for sustainable tourism development. *Tourism Management*. April. 1993.
- CEBALLOS-LASKURÁIN, Hector. O Ecoturismo como fenômeno mundial. IN: HAWKINS, Donald. *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. 2ª. Edição, São Paulo: SENAC, 1995.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro. FGV. 2ª. edição. 1991.
- COSTA, P. C. (2002). *Unidades de Conservação*. São Paulo: Aleph. 163p.
- CRESWELL, John W. *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods approaches*. 2nd, edition. Sage Thousand Oaks: 2003
- EGLER, Ione. Perspectivas brasileiras de desenvolvimento sustentável. *Seminário de Desenvolvimento Sustentável e Poder Local-Anais*. UNICAP/AUSJAL. Recife. Nov. 1999. p.43-47.
- HALME, Minna, FADEEVA, Zinaida. Small and Medium-sized tourism enterprises in sustainable development. *Greener Management International*. Summer 2000. 30. p97.
- MUSTERS, C.J.M., GRAAF, H.J. de, KEURS, W.J. ter. Defining socio-environmental systems for sustainable development. *Ecological Economics*, v.26, p. 243-258, 1998.
- OLIVA, A., MAGRO, T., C., A evolução do planejamento do entorno das unidades de conservação de proteção integral. IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Vol 1, 2004, pp. 462-473.

- OLIVEIRA, C., A., SANTOS, C., J., F., Florestas Urbanas: normas de uso e ocupação do solo para proteção de unidade de conservação nas cidades. IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Vol 1, 2004, pp. 542-549.
- OLIVEIRA, Luciano A. Mapeamento semântico do Turismo Sustentável. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 13 a 20, jan/abr. 2004.
- ORAMS, Mark B. Towards a more desirable form of ecotourism. *Tourism Management*. Vol.16. No. 1. pp. 3-8 .1995.
- PCRJ - SMAC (Prefeitura do rio de Janeiro/ Secretaria Municipal do Meio Ambiente). *Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente no período 1994-2004*. Rio de Janeiro: SMAC. 2004
- PRESAS, Teresa. Interdependence and Partnership: Building Blocks to Sustainable Development. *Corporate Environmental Strategy*, Vol. 8, No. 3 . 2001.
- REMENYI, Dan, WILLIAMS, Brian et al. Doing Research in Business and Management: *An introduction to process and method*. Sage.1998
- ROCHA, Ligia M. da. Protected areas and non-governmental organizations in partnerships for conservation: case studies from Brazil and recommendations for the future. *Master of Science Thesis*. University of Florida. 1997.
- ROSS, Sheryl, WALL, Geoffrey. Ecotourism:Towards congruence between theory and practice. *Tourism Management*. 20. 123-132. 1999.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo. Studio Nobel.1993.
- SCHEYVENS. Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Mangement*. 20.1999. 245-249.
- SEABRA, G. F. (2001). *Ecos do Turismo: O turismo ecológico em áreas protegidas* (Coleção Turismo). Campinas, SP: Ed. Papirus. 95p.
- \_\_\_\_\_ Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. In: *A Questão Ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.
- SOUZA, Ilma et al. DIPUC- Diagnóstico participativo de Unidades de Conservação.In: III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2002, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação Ambiental, 2002, 1v. 876p. p.3-12.
- SOS MATA ATLÂNTICA. *Projeto Lagamar*. Site oficial da ONG SOS Mata Atlântica. Disponível em <http://www.sosma.org.br/index.php?section=project&action=programa>>. Acesso em Junho 2003.
- TCMRJ (Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro), Auditoria Operacional em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro. 2005.
- THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. Declaração do Ano Internacional do Ecoturismo-2002. <http://www.ecotourism.org> . 2001.
- VALLADARES-PADUA, Claudio, PADUA, S. M., CULLEN Jr., L. Within and surrounding the Morro do Diabo State Park: biological value, conflicts, mitigation and sustainable development alternatives. *Environmental Science & Policy*, 5 .p 67-78. 2002.
- WESTERN, David. Definindo o ecoturismo. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. 2a. edição. Senac. São Paulo. 1999.
- WONDOLLECK, Julia, YAFFEE, Steven, Sustaining the Success of Collaborative Partnerships, *research report submitted to the USDA-Forest Service*, Pacific Northwest Research Station, Seattle, July 15, 1997.
- WONDOLLECK, Julia, YAFFEE. Making Collaboration Work: Lessons from Innovation in Natural Resource Management. Washington,DC. Island Press. 2000.
- YIN, Robert K. *Case Study Researc- Design and Methods*. Sage. 2<sup>nd</sup>. Edition. 1994.

Parque	Infra-estrutura para Recreação e Ecoturismo	Estratégias Colaborativas Utilizadas	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Financeira	Sustentabilidade Social
PNM de Marapendi	Possui poucas trilhas, mal sinalizadas. Falta de segurança no parque. Presença de CEA aumenta visitação e garante conforto.	Nenhuma centralizada. Parceria informal do gestor com PNM Chico Mendes e parcerias pontuais com empresas locais.	Baixa, apesar de ter algumas atrações turísticas. Poluição da lagoa é sério problema.	Praticamente nenhuma. Não gera receita. Algumas doações de materiais de empresários. Custos elevados.	Média. CEA atrai estudantes e divulga meio ambiente. Baixa integração com comunidades locais.
PNM Chico Mendes	Trilhas boas, mas mal sinalizadas. Recreação e visitas aos animais em quarentena são pontos fortes.	Nenhuma centralizada. Convenio com Zôo. Parceria informal com PNM de Marapendi, escolas e empresários locais.	Baixa, apesar de ter algumas atrações turísticas. Poluição da lagoa é sério problema.	Praticamente nenhuma. Não gera receita. Recebe pequena quantia do Zôo. Algumas doações de materiais de empresas.	Média. Muito freqüentado pelas comunidades locais. Possui programas trilhas ecológicas.
PNM da Prainha	Trilhas ruins e mal sinalizadas, apesar de dispor de boa infra-estrutura receptiva.	Nenhuma centralizada. Parceria com Instituto Atlantis para atividades recreativas de empresas. Gestão isolada.	Baixa. Ecoturismo pouco explorado. Risco de incêndio permanente.	Praticamente nenhuma. Não gera receita. Algumas doações de materiais de empresas.	Baixa. Comunidades locais distantes do parque. CEA tem atuação limitada.
PNM Bosque da Barra	Trilhas boas e bem sinalizadas. Excelentes condições dos equipamentos de recreação. Falta Centro receptivo.	Nenhuma centralizada. Parcerias informais com empresas para atividades esportivas e ecoculturais.	Baixa. Vasta área antropizada. Recreação prevalece sobre conservação.	Praticamente nenhuma, apesar do potencial turístico. Não gera receita. Algumas doações de materiais de empresas.	Alta. Muitas atividades ecoeducativas e desportivas. Bastante freqüentado por locais e turistas.
PNM Penhasco Dois Irmãos	Trilhas boas, mas mal sinalizadas. Centro receptivo deficiente e poucas instalações recreativas.	Nenhuma centralizada. Parcerias informais de cunho social e educativo.	Média. Visitação baixa não cria muitos problemas para fauna e flora.	Nenhuma, apesar do potencial turístico. Não gera receita.	Média-baixa. Emprega membros de comunidade de baixa renda no parque. Pouco freqüentado.
PNM Bosque da Freguesia	Centro receptivo em razoáveis condições. Excelente infra-estrutura recreacional. Trilhas boas.	Nenhuma centralizada. Parceria informal com empresas locais e associações, e conflitos pelo uso do parque.	Baixa. Freqüência muito alta para seu tamanho prejudica a fauna local.	Praticamente nenhuma. Não gera receita. Algumas doações de materiais de empresários.	Média-alta. Muito freqüentado e adotado pela comunidade local para recreação.
PE da Pedra Branca	Sedes possuem boa infra-estrutura recreacional e centros de educação.	Parceria com Bombeiros e conflito com Associações. Ação desintegrada da comunidade. Sem parcerias.	Baixa. Ecoturismo pouco explorado não é alternativa para atividades econômicas ilegais.	Nenhuma. Pouco conhecido. Não gera receita, mas tem recursos internacionais.	Baixa. Pouco freqüentado. Emprega membros de comunidade de baixa renda no parque.
PARNA da Tijuca	Programa "Água em Unidade de Conservação" melhorou muito a infra-estrutura de visitação.	Parceria múltipla para gerir o Corcovado. Ecoturismo explorado por terceiros, ainda fraco.	Média. Ecoturismo gera reação da comunidade para proteger parque da forte pressão antrópica.	Baixa. Turismo de massa gera alta receita, com retorno baixo. Ecoturismo não gera receita.	Alta. Muito usado para visitação e lazer local. Difícil acesso para turistas.

Figura 2 – Análise das Estratégias utilizadas e da Contribuição da Visitação Recreacional e do Ecoturismo para a Sustentabilidade dos Parques